



*TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA*  
*Gabinete Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA*

**PROCESSO:** 01691/2019/TCE-RO  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas, referente ao Exercício de 2018  
**JURISDICIONADO:** Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia  
**RESPONSÁVEL:** **Marcus Edson de Lima** - Defensor Público-Geral  
 CPF: 276.148.728-19  
**RELATOR:** Conselheiro **FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**

**DM-GCFCS-TC 0156/2019**

PRESTAÇÃO DE CONTAS. RESOLUÇÃO Nº 139/2013/TCE-RO. CLASSE II. EXAME SUMÁRIO. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/TCER-2004. ARQUIVAMENTO.

1. Prestação de Contas classificada na Classe II, de acordo com os critérios de risco, materialidade e relevância, adere ao rito sumário, cujo procedimento exige o atendimento à IN nº 13/TCER-2004, no que diz respeito à remessa dos documentos necessários a sua instrução.
2. Atendido o art. 7º da IN nº 13/TCER-2004 com o envio dos documentos necessários a instrução da Prestação de Contas, Classe II, devem ser consideradas prestadas as Contas.

Versam os autos sobre a Prestação de Contas do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade da Senhora Marcus Edson de Lima, na condição de Defensor Público-Geral.

2. Finda a análise das Contas em apreço, realizada nos termos do § 2º do artigo 4º da Resolução nº 139/2013/TCE-RO, a Unidade Técnica expediu o Relatório registrado sob o ID nº 809944, concluindo pelo atendimento dos requisitos listados no artigo 7º da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004 c/c o teor da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 154/96, propondo a quitação do dever de prestar Contas à Responsável.

2.1.1. Contudo, sugeri<sup>1</sup> que seja determinado ao gestor e ao responsável pela Contabilidade do Fundo que elabore e encaminhe a este Tribunal os balancetes mensais, na forma e prazo estabelecido art. 3º, § 1º da IN n. 35/2012/TCE-RO, além de implementar medidas sugeridas pelo Controle Interno.

<sup>1</sup> Item 5 - Proposta de encaminhamento (ID= ID=809944).

3. Submetidos os autos a manifestação do Ministério Público de Contas, a Ilustre Procuradora Érika Patrícia Saldanha de Oliveira, por meio do Parecer nº 0337/2019-GPEPSO, (ID=813128), acolheu o entendimento do Corpo Instrutivo, manifestando pela quitação do dever de prestar Contas ao Senhor Marcus Edson de Lima, ressaltando a necessidade de determinar ao gestor que implemente medidas para aprimorar a gestão sugeridas no Relatório Anual de Controle Interno.

É a síntese dos fatos.

4. Objetivando racionalizar a análise processual, em cumprimento ao princípio constitucional da eficiência, este Tribunal, por meio da Resolução nº 139, de 8 de outubro de 2013, instituiu e regulamentou o Plano Anual de Análise de Contas, classificando as Prestações de Contas em 2 (duas) categorias, Classes "I" e "II", conforme critérios de risco, materialidade e relevância da gestão dos orçamentos de cada unidade jurisdicionada.

4.1. A Prestação de Contas do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, por integrar a Classe II, nos termos do Plano Anual de Análise de Contas, aprovado e materializado por meio do Acórdão ACSA-TC 00009/19, proferido nos autos nº 00834/19, recebeu exame sumário, no qual se verificou que os documentos encaminhados estão em consonância com as peças exigidas na Instrução Normativa nº 13/TCER-2004.

4.2. Nos termos do parágrafo 4º do art. 18 do Regimento Interno desta Corte, incluído por meio da Resolução nº 252/2017/TCE-RO, o Relator decidirá monocraticamente nos processos classe II.

5. O Corpo Técnico e o Ministério Público de Contas convergiram quanto à desoneração de julgamento das presentes contas, opinando no sentido de que devem ser consideradas prestadas, na forma do artigo 7º da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004 e Resolução nº 139/2013/TCE-RO, dando-se a devida quitação à Responsável, além de determinar que elabore e encaminhe a este Tribunal os balancetes mensais, na forma e prazo estabelecido art. 3º, § 1º da IN n. 35/2012/TCE-RO, além de implantar as recomendações do Controle Interno.

5.1. Nessa senda, acolho os entendimentos Técnico e Ministerial, uma vez que não houve análise propriamente dita sobre as contas prestadas, mas, tão somente, foi verificado se houve atendimento, pelo jurisdicionado, quanto à remessa dos documentos exigidos pela Instrução Normativa nº 13/TCER-2004. Tal procedimento, contudo, não obsta eventual análise futura, caso ocorram circunstâncias que evidenciem a necessidade de sua apreciação.

6. Cabe ressaltar que, havendo notícias de irregularidades supervenientes na Unidade Jurisdicionada em questão, a apuração ocorrerá em processo de Tomada de Contas ou de Tomada de Contas Especial, dependendo do caso concreto, nos termos do § 5º do artigo 4º da Resolução nº 139/2013/TCE-RO.

7. Ante o exposto, convergindo com a Unidade Técnica e com o Órgão Ministerial, **DECIDO**:

**I. Considerar** cumprida a obrigação do dever de prestar contas dos recursos geridos pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Senhor **Marcus Edson de Lima** - CPF nº 276.148.728-19, na condição de Defensor Público-



*TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA*  
*Gabinete Conselheiro FRANCISCO CARVALHO DA SILVA*

Geral, uma vez que foram apresentados todos os documentos necessários para a regularidade formal - artigo 7º da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004 e parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal;

**II. Dar cumprimento** do dever de Prestar Contas do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, referente ao exercício 2018, , ao Senhor **Marcus Edson de Lima** - CPF nº 276.148.728-19, na condição de Defensor Público-Geral;

**III. Determinar** ao atual gestor, para que implemente as medidas para aprimoramento da gestão recomendadas no Relatório Anual de Controle Interno, elencadas no item 3.1 desta Decisão;

**IV. Determinar** ao gestor e responsável pela contabilidade do Fundo que elabore e encaminhe a este Tribunal os balancetes mensais, na forma e prazo estabelecido art. 3º, § 1º da IN n. 35/2012/TCE-RO;

**V. Dar ciência**, individualmente, via Ofício, ao gestor e responsável pela contabilidade, acerca do teor das determinações contidas nos **itens III e IV** desta decisão, respectivamente, informando-lhes que o presente processo eletrônico encontra-se disponível para consulta no endereço [www.tce.ro.gov.br](http://www.tce.ro.gov.br), por meio do Sistema Processo de Contas Eletrônico - PCE;

**VI. Registrar** que, nos termos do § 5º do art. 4º da Resolução nº 139/2013/TCE-RO, havendo notícias de irregularidade superveniente, esta será apurada em processo de Tomada de Contas ou Tomada de Contas Especial, se for o caso;

**VII. Dar ciência**, via Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, do teor desta Decisão ao Responsáveis;

**VIII. Determinar** ao Departamento da 2ª Câmara que, adotadas as providências de praxe, archive os presentes autos.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 19 de setembro de 2019.

(Assinado Eletronicamente)  
**FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**  
CONSELHEIRO RELATOR

XI. 770830.